



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012020-86.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **JOSÉ VALDECI DA SILVA**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que após receber ligação da ré celebrou contrato com a mesma para a prestação de serviços de telefonia a um custo mensal de R\$ 49,90.

Alegou ainda que depois disso passou a receber faturas em valores superiores, de sorte que almeja à restituição do que pagou indevidamente (tal como inclusive a ré admitiu perante o PROCON local) e à emissão de fatura relativa ao mês de novembro/2014 em montante que especificou.

A ré não contestou especificamente os fatos articulados pelo autor e tampouco se manifestou sobre os documentos por ele amealhados.

Limitou-se a tecer considerações genéricas sobre promoções que realiza, sobre variações próprias dos planos que oferece e sobre a devolução em dobro da quantia pleiteada.

Quanto a esse último aspecto, o autor somente deseja que a ré cumpra o que assentou perante o PROCON local, na esteira da manifestação de fl. 05.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Extraí-se dela que então a ré reconheceu ter levado a cabo cobrança indevida ao autor de 07/2013 a 10/2014, comprometendo-se a ressarcí-lo.

Diante da alegação de fl. 01 de que tal não sucedeu, a ré permaneceu silente e não apresentou provas que demonstrassem o contrário, não se podendo olvidar que o ônus no particular era dela porque não seria exigível que o autor atestasse fato negativo.

Nesse contexto, nenhuma indagação sobre a aplicação do art. 42, parágrafo único, do CDC tem pertinência, buscando-se apenas que a ré implemente o dever que admitiu a seu cargo em outra sede.

De igual modo, não foram refutados os argumentos que alicerçaram a postulação para a emissão de nova fatura, atinente ao mês de novembro de 2014, e tampouco foi dada justificativa que desse lastro à mesma nos termos em que confeccionada.

Sua modificação é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.048,50, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, bem como para que emita nova fatura em substituição àquela já expedida para vencimento em novembro/2014, fazendo-o agora no valor de R\$ 137,16.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 15 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**